



**Comissão de Defesa  
dos Direitos Humanos**

**ALAGOAS**

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS HUMANOS DA OAB/AL NA PENITENCIÁRIA DE  
SEGURANÇA MÁXIMA DO AGRESTE**

Maceió, 4 de outubro de 2023

**CASA DO ADVOGADO**

*Praça Bráulio Cavalcante, 60, Centro. Maceió/AL. CEP: 57.020-350. Fone: (82) 9.9104-7116. E-mail: [direitoshumanos@oab-al.org.br](mailto:direitoshumanos@oab-al.org.br).*

## SUMÁRIO

<b>I. Apresentação</b> .....	2
<b>II. Metodologia</b> .....	4
<i>i. Unidade prisional inspecionada</i> .....	4
<i>ii. Data e horário da inspeção</i> .....	4
<i>iii. Equipe de inspeção</i> .....	4
<i>iv. Condições de realização da inspeção</i> .....	4
<b>III. A Penitenciária de Segurança Máxima do Agreste em perspectiva</b> .....	6
<b>IV. Principais constatações levantadas na inspeção</b> .....	8
<i>i. Acesso à saúde: higiene, atendimento médico, socorro e medicalização</i> .....	8
<i>ii. Dia de visita: principais queixas</i> .....	12
<i>iii. Infraestrutura: lotação, estrutura das celas e fornecimento de água e energia</i> .....	15
<i>iv. Rotina: banho de sol, atendimentos, trabalho e educação</i> .....	19
<i>v. Relatos de violência</i> .....	20
<b>V. Recomendações</b> .....	21
<b>VI. Considerações finais</b> .....	22

## I. Apresentação

No dia 13 de setembro, de 2023, entre as 13h00 e as 17h00, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da OAB/AL realizou uma inspeção na Penitenciária de Segurança Máxima do Agreste, localizada na cidade de Girau do Ponciano (AL), conforme antecipadamente informado e acordado com a Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS) e com a direção da mencionada penitenciária.

A seguir, será descrito o que foi verificado na inspeção realizada pela CDDH, iniciando com um breve detalhamento metodológico de como se deu a dinâmica da inspeção; depois, com uma avaliação comparativa entre a análise técnica produzida no ano anterior, em inspeção conduzida pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e o observado mais recentemente; com as observações e demandas levantadas a partir do diálogo com as pessoas em privação de liberdade nesta inspeção e, por fim, as considerações finais e encaminhamentos.

A inspeção foi motivada, entre outras coisas, por uma denúncia recebida no mês de agosto na ouvidoria da CDDH. Na denúncia, foi relatada a falta de atendimento médico adequado, bem como situações de violência sofridas por um interno em seu módulo. O relato se mostrou especialmente grave por se tratar de uma pessoa com deficiência, que precisou passar por procedimento cirúrgico, ficando, desde então, sem os cuidados médico-ortopédicos adequados, à mercê de muletas e de policiais penais (que segundo a denúncia, agiam de forma truculenta) para se locomover. O relato possuía o agravante, ainda, de indicar possíveis situações semelhantes nesse e em outros módulos, no que se refere ao tratamento dispensado aos presos classificados como *faccionados*.

Além disso, outro ponto que motivou a atuação da Comissão foi a mudança de direção que a unidade prisional sofreu entre a visita do MNPCT e a presente inspeção da CDDH. Pois, imediatamente após esta inspeção, a direção foi trocada novamente, estando agora como diretor da Penitenciária do Agreste um dos membros da equipe da direção à época da inspeção do MNPCT no ano de 2022.

Assim, entre os objetivos da inspeção, estavam verificar 1. a infraestrutura da unidade prisional; 2. as condições da assistência material; 3. o acesso a direitos como educação e trabalho; 4. o acesso à saúde; 5. o acesso ao atendimento jurídico; 6. a dinâmica das visitas social e íntima; e 7. possíveis situações de violência física e/ou psicológica. Tudo isso será melhor detalhado adiante.

## II. Metodologia

*i. Unidade prisional inspecionada:* Penitenciária de Segurança Máxima do Agreste.

*ii. Data e horário da inspeção:* 13 de setembro, de 2023, entre as 13h00 e as 17h00 (aproximadamente).

*iii. Equipe de inspeção:* Roberto Barbosa de Moura; Ada Rízia Barbosa de Carvalho; Ana Beatriz Rosendo Braga; Camila Maria Tenório Acioli Santos; Arthur de Sousa Lira; Marcus Vinicius da Silva Ferreira Melo; e Lucy Mara de Oliveira França.

### *iv. Condições de realização da inspeção:*

Para a realização da inspeção, a equipe foi previamente dividida em duplas mistas (um homem e uma mulher), para a condução das observações, diálogos e registros da interlocução com os internos ouvidos. Além disso, a equipe contou com a presença de um membro responsável especificamente por fazer os registros fotográficos do que fosse solicitado ao longo da inspeção.

Conforme acordado com a direção da unidade previamente, a Comissão chegou por volta das 13h00. Na Penitenciária, a equipe foi recebida por uma comitiva formada por policiais penais, pela direção da unidade, por membros da ouvidoria da SERIS e funcionários da empresa terceirizada Reviver. No refeitório da Penitenciária, local onde fazem suas refeições os funcionários de plantão, já nos aguardava um almoço preparado e servido pelo restaurante da Reviver. A Comissão almoçou com os servidores/colaboradores. Em seguida, por volta das 14h00, iniciou a inspeção propriamente dita.

Por conta do tempo de deslocamento entre Maceió e Girau do Ponciano, a Comissão precisou organizar a dinâmica da inspeção de acordo com o que seria possível ser realizado com qualidade no intervalo de tempo disponível. Dessa forma, conversamos com os representantes dos módulos e após isso, a Comissão foi conduzida brevemente pela enfermaria da unidade prisional e pelo local onde fica o “*bodyscan*” e outros equipamentos utilizados para a revista nos dias de visita.

É necessário mencionar, por fim, que a equipe contou com discrição e autonomia para realizar a inspeção. Além de *o registro fotográfico ter sido autorizado sem questionamentos*, a *Comissão teve a possibilidade de adentrar não apenas nos módulos, mas, inclusive, dentro de algumas celas*, o que, evidentemente, permitiu uma observação muito mais qualificada das

condições físicas e de infraestrutura da unidade prisional. Além disso, durante os momentos de diálogo com os internos, os funcionários do Sistema e da Reviver se mantiveram em relativa distância, permitindo um *diálogo menos constrangido por temores por parte dos custodiados*, que, ainda que minimamente, ficaram mais confortáveis para apresentar suas queixas e mostrarem à equipe, eles mesmos, os espaços onde vivem. Todas as nossas observações foram registradas e serão comparadas adiante com a análise técnica produzida no ano anterior pelo MNPCT.

### III. A Penitenciária de Segurança Máxima do Agreste em perspectiva

Em agosto de 2022, mais de um ano antes desta inspeção, estive na Penitenciária do Agreste o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. No relatório produzido a partir da análise técnica dos peritos do MNPCT, foram levantadas uma série de denúncias e recomendações, com as quais dialogamos nesta seção, colocando em perspectiva o que verificamos um ano depois. Enfatizamos que, um ano antes, os peritos do Mecanismo dispuseram de tempo para acessar muito mais espaços da mencionada unidade prisional, de modo que, aqui, dialogamos apenas com os pontos possíveis de serem comparados na inspeção realizada pela CDDH.

Um ano antes, o MNPCT constatou uma situação de lotação da unidade acima de sua capacidade. Com vagas para cerca de 960 pessoas, naquele momento, a unidade prisional tinha 1035 pessoas presas. O contrato da empresa Reviver com o estado alagoano permitia que a quantidade de pessoas na unidade chegasse até a 1200. Conforme também observado nesta inspeção, essa superlotação provoca uma distribuição desigual de pessoas entre módulos e celas, sendo algumas mais ou menos superlotadas, mas quase sempre acima de suas capacidades estruturais.

Além disso, conforme melhor detalhado adiante, também se constatou, assim como o MNPCT, que as celas permanecem sem pontos de energia e sem fornecimento contínuo de água, indicativos da falta de autonomia das pessoas ali encarceradas sobre itens básicos em suas rotinas: água e energia. Os internos precisam continuar armazenando a água em baldes, sendo a água da torneira, sem tratamento, a mesma que eles consomem. À falta de água, soma-se, piorando as condições ambientais no interior das celas, a ausência de ventilação cruzada, conforme já havia sido identificado, também, um ano antes.

Assim, como a equipe do MNPCT, também houve muitos relatos de calor extremo durante o dia e da proliferação de doenças infectocontagiosas, causadas pela privação de água, que se soma à má qualidade e ao fornecimento insuficiente de materiais de higiene. Como no ano anterior, ainda em relação aos problemas de saúde causados por essa constelação de fatores, falou-se sobre a privação de atendimento médico-hospitalar, inclusive como forma de retaliação. Nesta inspeção, foram relatados casos ainda mais extremos de falta de encaminhamento à enfermagem em situações de urgência, ausência de fornecimento de medicação adequada, ausência de tratamentos médicos ou de outra natureza adequados.

Uma das constatações dos peritos do MNPCT em 2022 se relacionava à subutilização dos galpões de trabalho presentes nos módulos e à quantidade de internos ainda sem acesso à

educação. Em seu relatório o Mecanismo recomendou que fossem fornecidas mais vagas de trabalho e educação, direitos dos custodiados. Um ano depois, constatou-se que os galpões de trabalho permanecem subutilizados, que há uma distribuição desigual de vagas de educação (conforme abordado a seguir), que a parcela de internos que recebe salários é ínfima e as possibilidades de remissão de pena, de maneira geral, se resumem a um programa de leituras proposto recentemente pelo judiciário (em uma unidade prisional com um número alto de pessoas analfabetas).

Outro ponto levantado pelo MNPCT, e também abordado pelos internos na inspeção mais recente, diz respeito às visitas, que permanecem quinzenais. Observa-se que a localização da Penitenciária do Agreste é uma região isolada que dificulta as visitas. Um ano antes, os internos reclamavam da sensação de isolamento extremo e do sofrimento provocado pelas dificuldades em receberem suas visitas. Reclamavam, ainda, das situações vexatórias enfrentadas por algumas mulheres nos momentos de revista. Tais queixas permaneceram um ano depois.

Em relação à alimentação, diferentemente do apontado um ano antes, os internos não se queixaram da qualidade da alimentação servida, alegando uma melhora. No entanto, alguns continuaram a se queixar da quantidade da alimentação, bem como da alimentação servida nos dias de visita aos seus familiares.

Ademais, diferentemente do constatado pelo MNPCT, não foram observadas situações de conflitos entre policiais penais e servidores da Reviver, embora a divisão de trabalho pareça ter se mantido a mesma desde o ano anterior. Por um lado, os internos falaram ter havido uma redução das situações de violência relatadas um ano antes, relacionadas às sanções coletivas realizadas por policiais penais. Por outro lado, ouvimos queixas de agressões verbais e humilhações por parte dos servidores da Reviver, em alguns plantões em específico. Adiante, todos esses pontos aqui apenas mencionados serão desenvolvidos.

#### **IV. Principais constatações levantadas na inspeção**

##### ***i. Acesso à saúde: higiene, atendimento médico, socorro e medicalização***

Com relação ao acesso à saúde, as principais queixas foram acerca da ausência de atendimento médico adequado, tanto em situações de urgência, quanto de tratamentos médicos específicos. É preciso lembrar que essa foi, inclusive, uma das motivações da inspeção, pois a Comissão havia recebido denúncias de que um interno cadeirante que alegava estar sofrendo agressões também não estava fazendo o tratamento recomendado com fisioterapeuta, o que foi confirmado pelos próprios funcionários da unidade prisional, segundo eles, por falta de profissional.

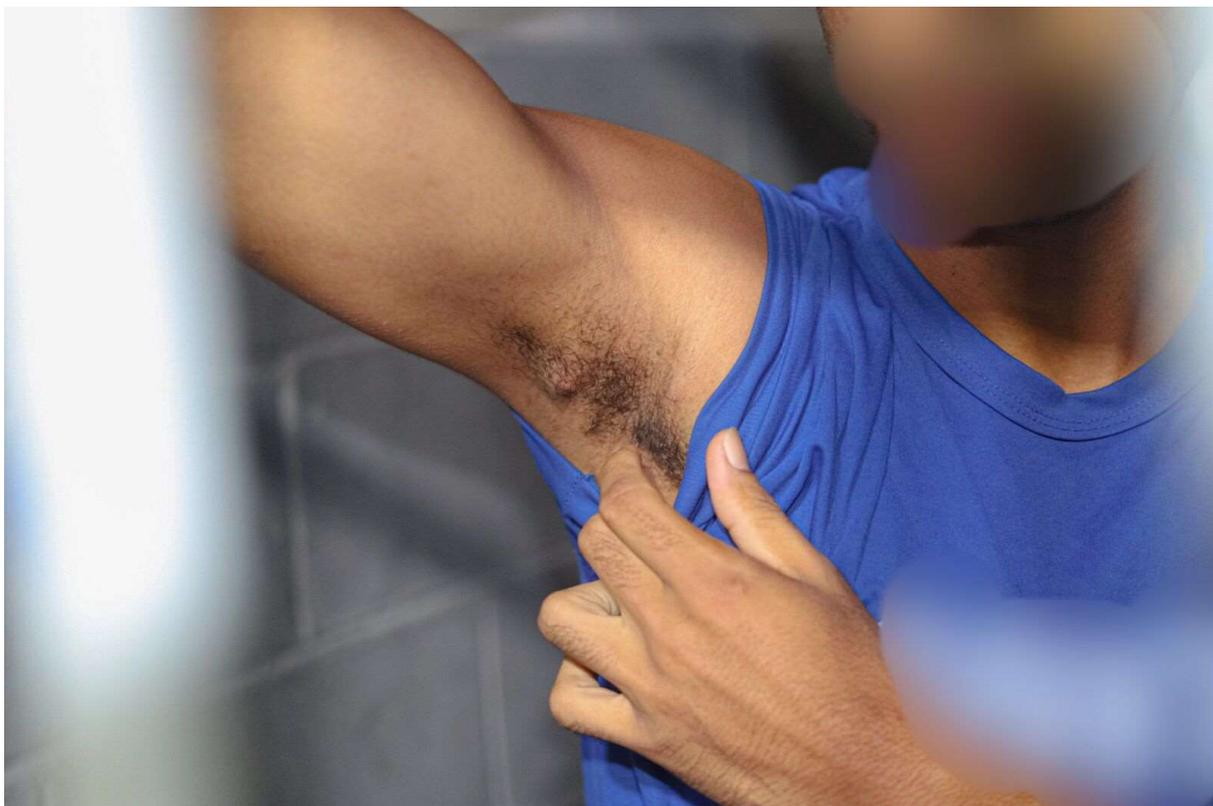
Os internos mencionaram que muitos vinham apresentando infecções contagiosas na pele, especialmente na virilha e nos órgãos genitais. Segundo eles, as infecções contagiosas se relacionavam à qualidade do material de limpeza fornecido pela Reviver. Eles mostraram um líquido amarelo, armazenado em potes de plástico, disponibilizado a cada dois dias pela terceirizada. Eles alegaram que o uso desse sabão já seria um dos responsáveis por provocar ferimentos em regiões mais sensíveis do corpo:



Além da má qualidade do material de limpeza, fornecido de maneira insuficiente, outro fator por eles alegado para a proliferação de doenças de pele seria a disponibilidade de roupas. Segundo disseram, a Reviver estaria fornecendo semanalmente apenas duas mudas de roupa,

que não seriam de uso individual, mas se misturavam nas lavagens. Ouvimos relatos de que as roupas chegavam das lavagens ainda mais sujas do que iam. Por isso, precisavam ser lavadas novamente nas celas (diga-se de passagem, em condições de privação de água e de material de limpeza). Além disso, em semanas de visita, alguns custodiados, para se apresentarem com alguma demonstração de asseio e dignidade diante de suas visitas, preferiam vestir durante toda a semana a mesma roupa, para poupar uma muda limpa para ver seus familiares no final de semana.<sup>1</sup>

As infecções de pele, no entanto, foram apenas uma das queixas levantadas. Também ouvimos relatos de que vários internos tinham tumores espalhados pelo corpo, e também não estavam tendo acesso a atendimento médico. Alguns estavam chegando a extremos de removerem por conta própria, com lâminas de barbear, os tumores, já que suas demandas por atendimento especializado e tratamento adequado não estavam sendo atendidas.



A situação de ausência de atendimento médico, segundo eles, piorou à medida que a gestão da unidade prisional foi redistribuída entre a Reviver e os policiais penais (situação abordada no relatório técnico do MNPCT, de 2022). O fato é que vários internos fizeram

---

<sup>1</sup> O material de limpeza, como o sabão, fornecido pela Reviver é o mesmo para todos os internos. Aparentemente, o que muda é a frequência na entrega desse material.

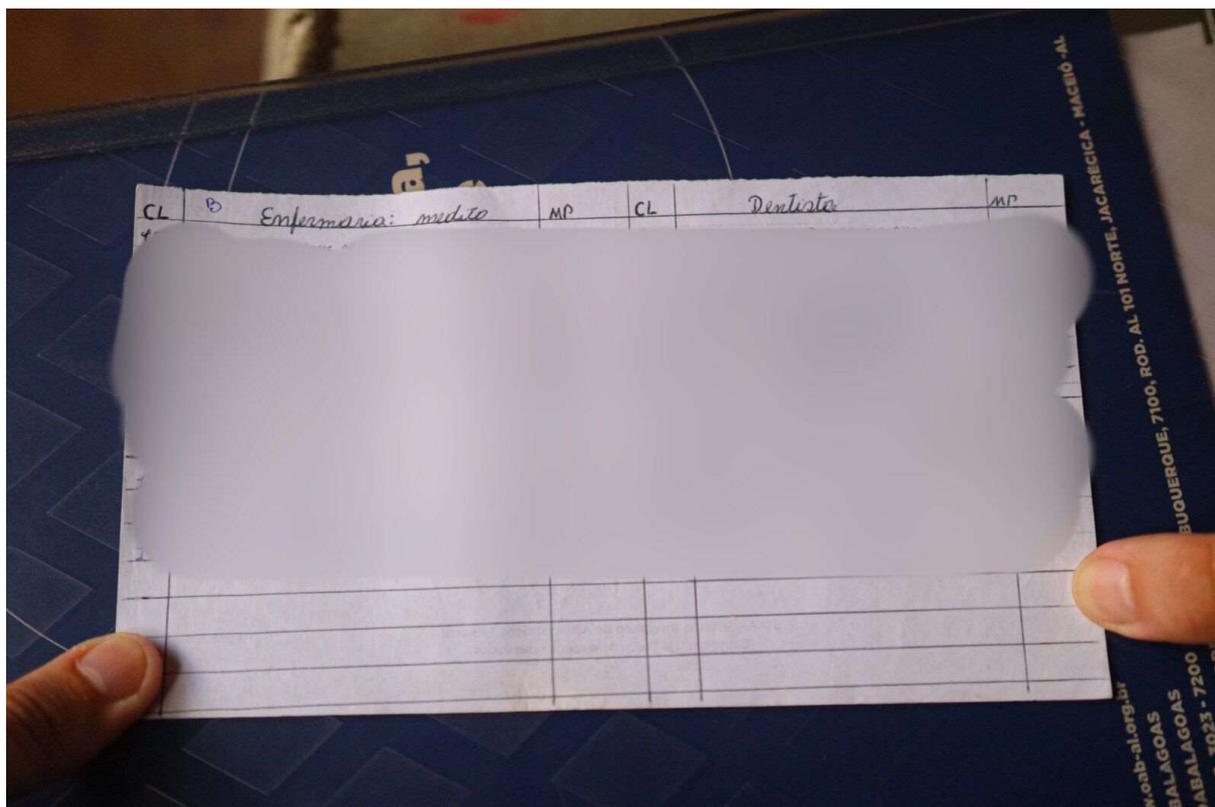
questão de se apresentar para detalhar suas queixas, pedindo para que elas fossem registradas e fotografadas se fosse preciso. Além das situações de doenças infecciosas, em um dos módulos, três internos, ostomizados, fizeram questão de exibir a situação de suas bolsas de colostomia, trocadas apenas uma vez por semana, isoladas por bandagens e pedaços de papel higiênico. Um deles, por exemplo, disse aguardar pela cirurgia para a retirada da bolsa desde 2016. Segundo eles, apesar de seus pedidos, não têm previsão de cirurgia. Por isso, lidam, num ambiente muito quente, com privação de água e higiene adequada, com infecções constantes no intestino parcialmente exposto.

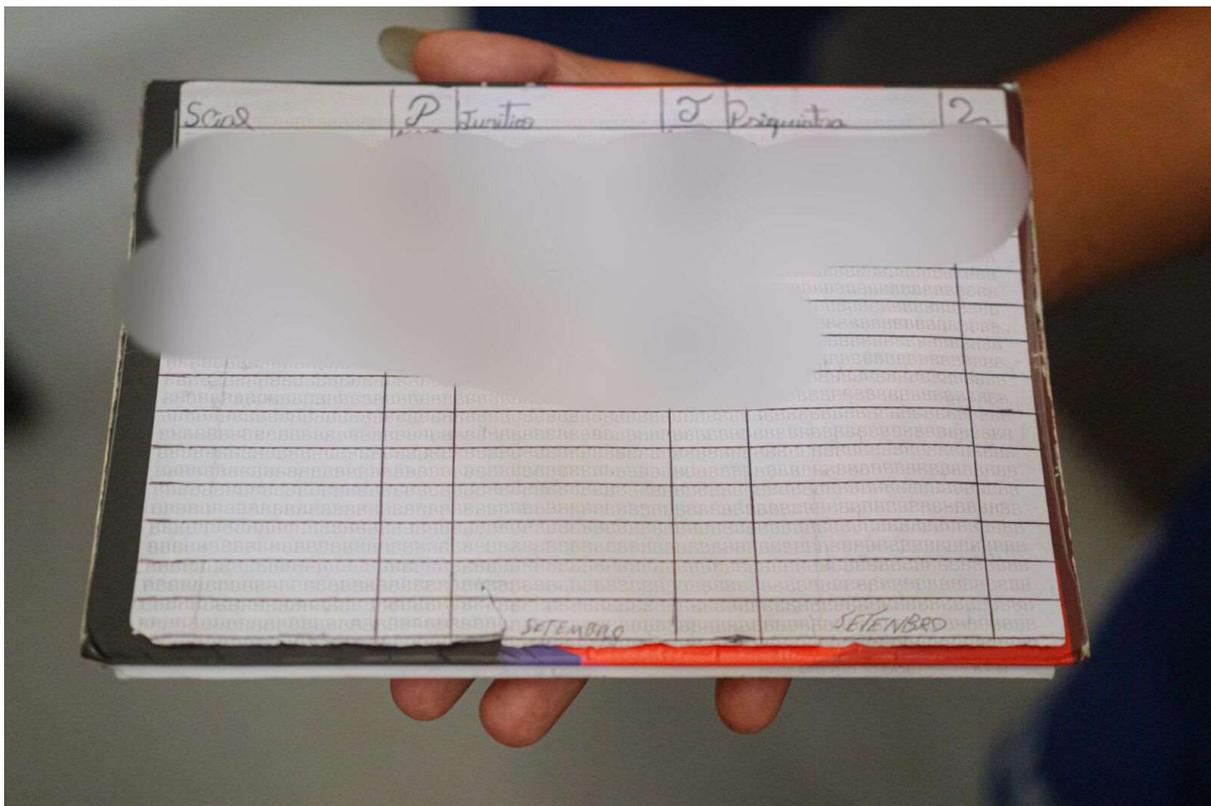


Ainda segundo foi relatado pelos internos, não eram apenas os atendimentos especializados que não estavam acontecendo. As situações emergenciais também estavam sendo ignoradas. Como, por exemplo, se um interno passa mal durante a noite, é dificilmente levado até a enfermaria. Em casos extremos, os internos precisavam "abalar" (fazer muito barulho, batendo em grades e gritando) o módulo, até que o atendimento viesse. Na enfermaria, no entanto, era dificilmente feito qualquer diagnóstico. Os internos eram apenas medicados com paliativos, ou até com ansiolíticos, para que, de volta à cela, dormissem apesar do mal-estar ou dor que estivessem sentindo.

Além da evidente situação degradante de adoecimento enfrentada pelos internos com quem dialogamos, se não diretamente provocada, sistematicamente agravada pela falta de

atendimento adequado na unidade prisional, essa situação tem o potencial, também, de piorar as tensões já vivenciadas nas relações entre os internos. Os representantes de um dos módulos que visitamos, como mediadores do diálogo entre os internos do módulo e a gestão da penitenciária, nos apresentaram uma lista contendo o nome de todas as pessoas que, cotidianamente, se apresentam a eles, exigindo por atendimento, que, por mais que eles cobrem da gestão penitenciária, não têm acontecido.





É necessário enfatizar, ainda, que as queixas relacionadas à ausência de atendimento médico foram reiteradamente afirmadas pelos internos. Porém, é necessário enfatizar que conversamos com internos faccionados e não faccionados e observou-se que o tratamento dispensado aqueles é diferente do que destes. Alguns internos não faccionados alegaram que, diariamente, entregam a Reviver uma lista com os nomes dos internos que precisam de atendimento e esta demanda é solucionada. Enquanto internos faccionados afirmam que não possuem qualquer tipo de atendimento médico. Esse relato indica que há uma estrutura dentro da penitenciária que tem condições de oferecer os atendimentos básicos aos internos, mas que alguns deles, seja por retaliação ou qualquer outro motivo, não têm recebido.

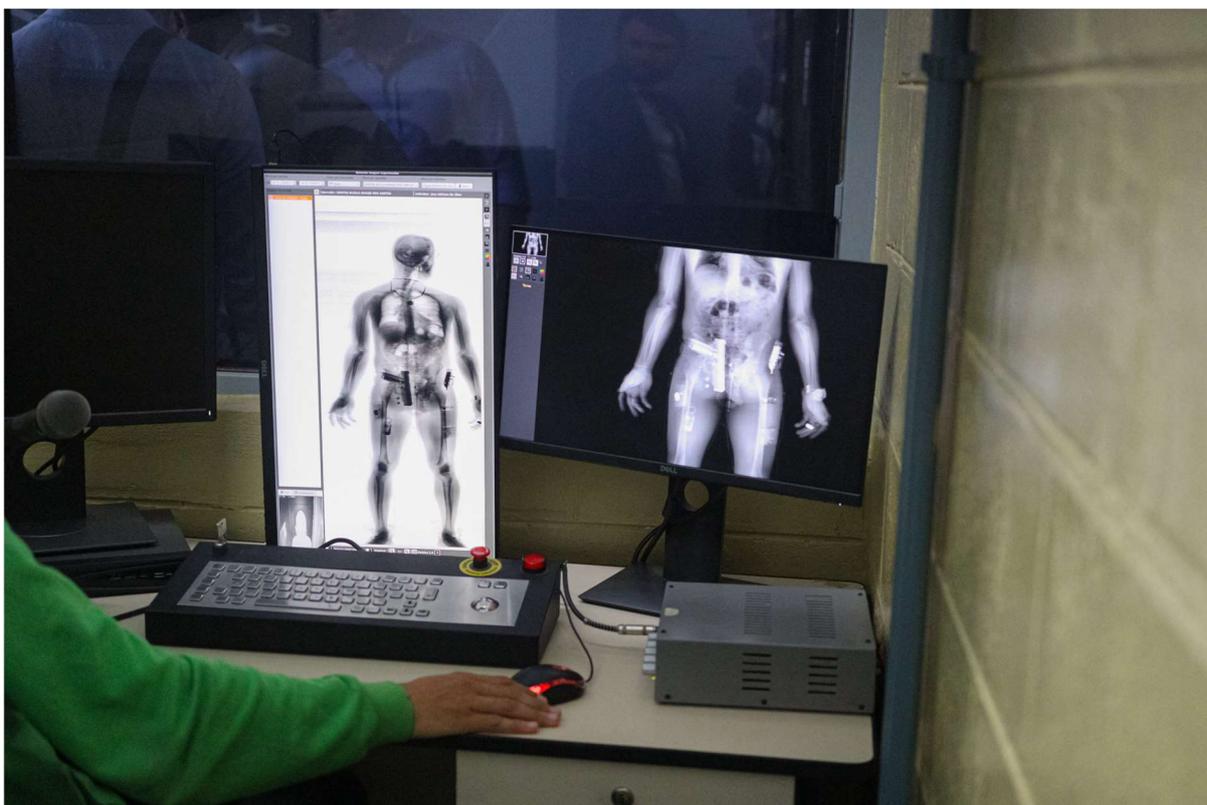
#### ***ii. Dia de visita: principais queixas***

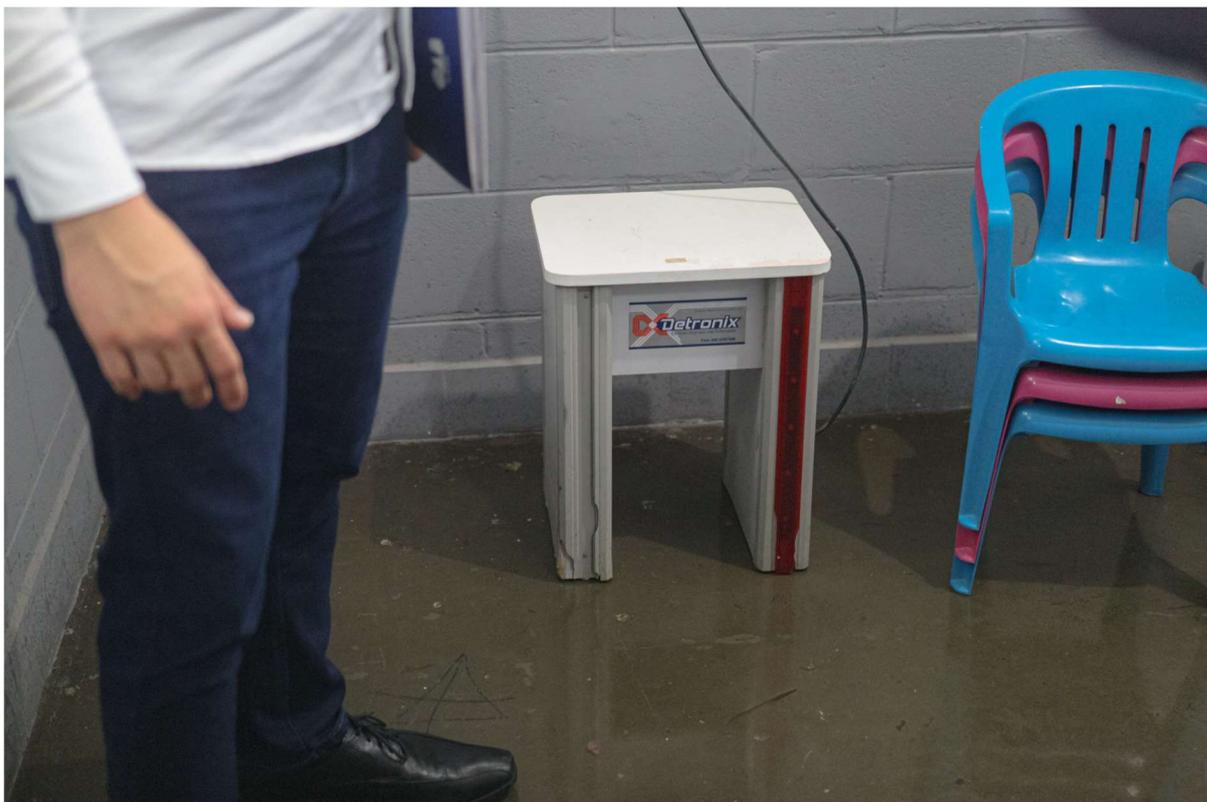
Às queixas relacionadas à saúde, somaram-se, com ênfase, as relacionadas aos dias de visita. Os internos demonstraram uma particular ansiedade por tratar sobre o assunto. Entre os motivos, estão as próprias dificuldades inerentes ao ato de se realizar a visita em uma unidade prisional tão isolada, a única fora da capital, e de acesso tão difícil (sem acesso por transporte público, por exemplo). É preciso sempre lembrar que o ato de visitar, entre outras coisas,

onera as famílias, que se deslocam às vezes por longas distâncias para acessar a Penitenciária do Agreste.

Somando-se a isso, tem sido uma queixa constante, entre internos e familiares, o fato de as visitas, desde a pandemia, só estarem acontecendo a cada 15 dias, sendo uma delas a visita íntima, e outra a visita social. É importante lembrar que as visitas são o elo dos internos com o mundo exterior e com suas expectativas de futuro, lhes fortalece e lhes dá esperança diante das situações de solidão e saudade vivenciadas no cumprimento de suas penas.

Somando-se à redução na frequência de visitas, outro ponto que tem preocupado os internos tem sido a máquina “*bodyscan*”, operada por funcionários da Reviver a cada 15 dias. Segundo foi relatado por alguns assistidos da Comissão e pelos próprios internos, tem sido muito recorrente as imagens de raio-x gerarem manchas consideradas suspeitas nos corpos das pessoas escaneadas. Nessas situações, outras metodologias de verificação vão sendo utilizadas para confirmar se há ou não a presença de objetos proibidos escondidos, em alguns casos chegando a ocorrer revistas. Os equipamentos utilizados foram exibidos à equipe já ao final da inspeção, e foi explicado que são feitos registros a cada dia de visita, para poderem ser comparados a cada semana.





O fato é que todo esse procedimento, além do constrangimento provocado entre visitantes, tem causado atrasos longos que tornam o tempo de visita mais curto, pois as longas filas de espera na entrada são interrompidas toda vez que uma nova suspeita surge. Como alternativa, aos visitantes de entrar por suspeita, é oferecido apenas o encontro pelo parlatório. Ou seja, sem contato físico. E os que conseguem entrar, depois da situação estressante vivenciada, além da fome por se privarem por um longo tempo de comer para evitar aparecerem "manchas suspeitas" em seus corpos, costumam sentir dores de cabeça e mal-estar. Os internos reclamaram que, nessas situações, não é fornecida medicação.

Somando-se ao processo de entrada tão estressante, os internos reclamaram, ainda, da qualidade da alimentação servida nos dias de visita, alegando que, em algumas situações, a proteína servida vem praticamente crua, e que não há alimentação adequada para as crianças. Reclamaram também que a água filtrada deixou de ser fornecida, de modo que visitantes agora precisam beber da mesma água que os internos bebem, da torneira, ou seja, sem tratamento.

Em suma, conforme os internos, há uma série de entraves cotidianos que, se não têm propriamente inviabilizado as visitas já escassas e tão custosas às famílias, têm tornado esses momentos não apenas um reencontro reconfortante diante da situação de encarceramento, mas também muito tenso e estressante, em que visitantes se sentem constantemente acuados e humilhados por práticas pautadas no ideal securitário que torna todos suspeitos.

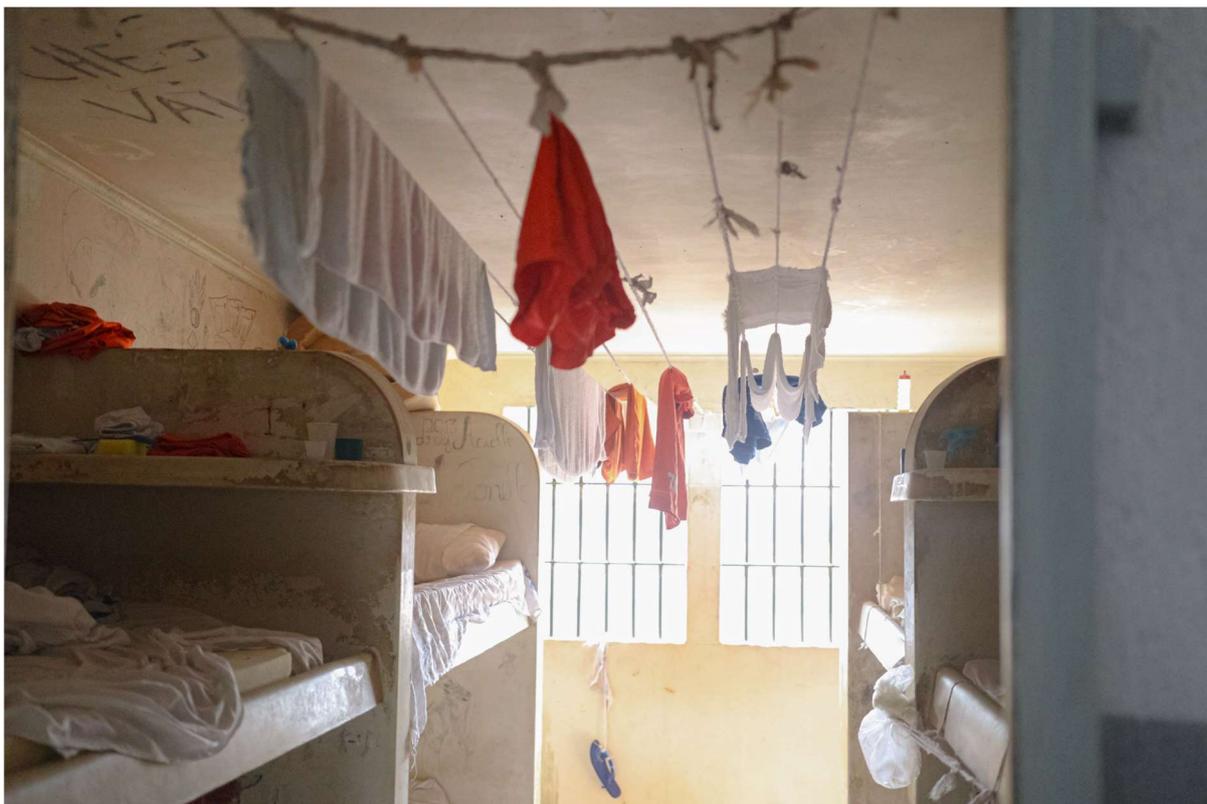
### *iii. Infraestrutura: lotação, estrutura das celas e fornecimento de água e energia*

A Penitenciária do Agreste, como muitas no Brasil, foi construída no modelo modular, o que lhe dá características muito peculiares, não necessariamente as mais adequadas ao local onde foi construída, no agreste alagoano. Região sabidamente quente e com problemas de abastecimento de água. De modo geral, ao adentrarmos pelos corredores da unidade prisional, sempre intercalados por gradeados de cima a baixo, o ambiente vai ficando mais escuro, com pouca iluminação e ventilação natural, e, conseqüentemente, também mais quente.

O calor, por sinal, é uma dimensão estruturante do cotidiano nessa estrutura prisional. Não por acaso, existem espaços climatizados com ar-condicionado, como, por exemplo, a enfermaria. Enquanto, em outros espaços, como as celas, as reclamações são de calor extremo, que se soma à falta de ventilação e aos problemas de higiene (por falta de fornecimento adequado de material de limpeza). Tudo isso faz com que se proliferem, segundo os internos, mosquitos, baratas e ratos nos módulos.

As celas, conforme foi possível de se verificar, comporta até 8 internos. Passada a porta de ferro, veem-se os beliches de concreto dos dois lados, lado a lado. Aos fundos, fica o banheiro, com uma pia concretada, um vaso sanitário também concretado, logo abaixo do chuveiro. Entre a região das camas e o banheiro não há separação suficiente para impedir que a água do banheiro, por exemplo, escorra. Além disso, a parede dos fundos, do banheiro, é toda aberta, isolada apenas por grades de ferro. Durante o inverno, os internos alegaram que acontecia de a chuva entrar, molhando principalmente aqueles que dormiam no chão dos banheiros, por falta de cama.

Em tese, essa abertura deveria servir para a circulação de vento, mas, como do outro lado há apenas uma parede fechada pela porta de ferro, o vento não circula, sendo as celas ambientes quentes, ainda mais por serem superlotados. Nos módulos visitados foi levantada a queixa de que algumas celas podiam chegar a abrigar até 14 pessoas. Assim, alguns presos necessariamente dormiam no chão por meses, até surgir a vaga em uma cama. E, segundo foi dito, são justamente esses que mais adoecem.

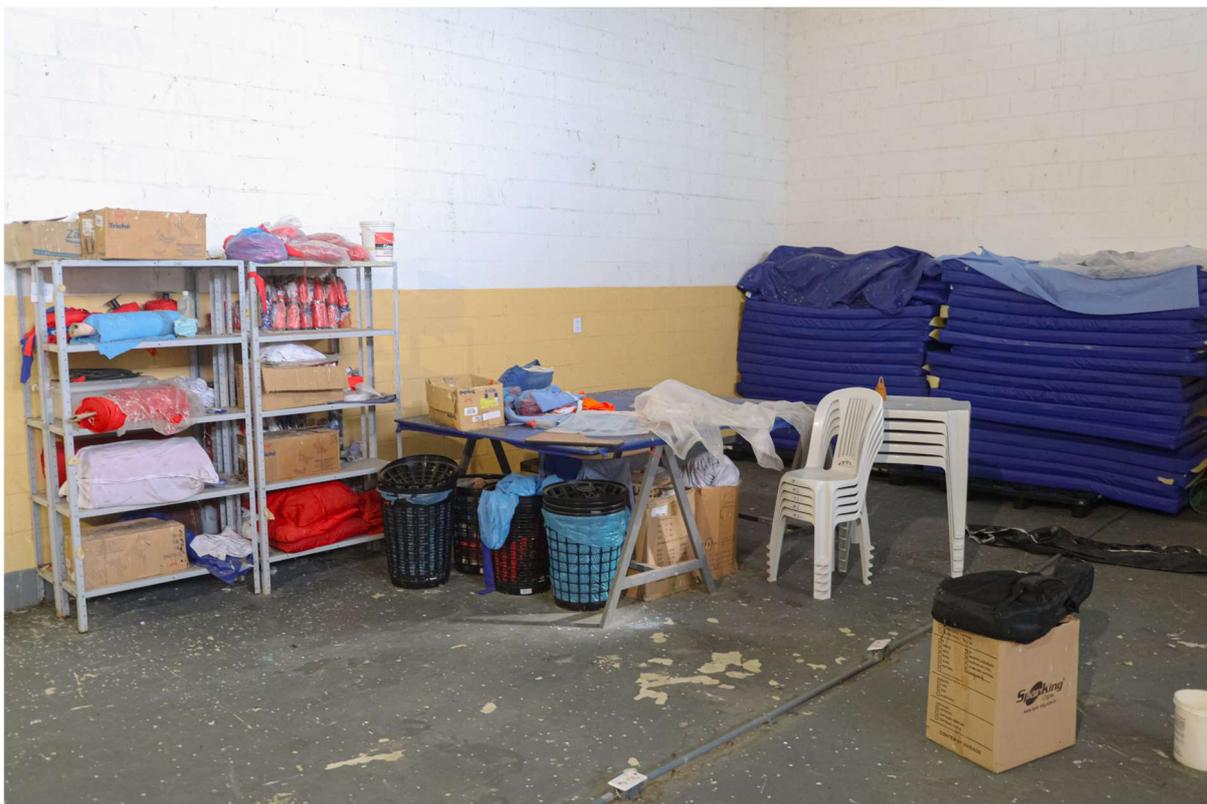


Os desconfortos e constrangimentos relacionados ao cotidiano em um ambiente pequeno, quente e com pouquíssima privacidade se soma a uma série de outros problemas de infraestrutura. Além das dificuldades em se manter o ambiente higienizado, como já mencionado, acresce-se o problema de constante interrupção de água. Segundo os internos, a água é fornecida por apenas 10/20 minutos a cada hora, isso quando não é cortada por horas seguidas. É preciso lembrar, ainda, que é essa mesma água, interrompida regularmente, que os internos bebem. Por isso, em todas as celas que a Comissão entrou, foi possível verificar o armazenamento de água em garrafas e baldes plásticos.



A precariedade do fornecimento de água, além de privar os internos, em um ambiente quente, de água corrente, lhes retira a autonomia de realizar coisas simples, mas que garantem dignidade, como dar descarga no vaso sanitário normalmente. Evidentemente, tais condições são um fator a tornar o convívio entre os internos que dividem o mesmo espaço desconfortável. Essa mesma falta de autonomia pode ser percebida, ainda, na ausência de interruptores no interior das celas. As lâmpadas são ligadas/desligadas apenas pelo lado de fora, pelos funcionários da Reviver. De modo que, quando escurece, os internos podem ficar privados de luz, ou esta é acesa no meio da noite se assim for necessário.

Entre outros espaços visitados pela equipe, estão a sala dos advogados, que estava em boas condições de uso e equipada. O parlatório aparentou precisar de manutenção, pois possuem alguns telefones em mau estado e estão sem ventilação. A enfermaria e outros espaços de atendimento, que também aparentavam boas condições, eram climatizados e equipados. E, por fim, foram visitados alguns espaços destinados à instalação de oficinas de trabalho, completamente abandonados, sujos, e servindo apenas para o acúmulo de entulhos.



Conforme verificado em um informativo institucional, no dia da inspeção, a unidade prisional contava com 963 internos. 163 no módulo A; 184 no módulo B; 153 no módulo C; 165 no módulo D, 164 no módulo E; e 138 no módulo F. Em algumas das celas visitadas, a situação de superlotação se mostrou ainda mais insustentável, pois os internos dali passam todo o dia presos, saindo por apenas duas horas. Ou seja, trata-se de convívio quase ininterrupto e forçado por longas horas, em um ambiente insuficiente para tantas pessoas aglomeradas. Quando a Comissão se despediu dos custodiados dessas celas, eles pediram para que se a Reviver que a pequena abertura na porta de suas celas fosse mantida aberta, para que algum vento pudesse circular.

Diante do observado pela Comissão, pode-se inferir que as condições físicas da Penitenciária do Agreste cumprem função estruturante na produção de sofrimentos vivenciados pelos internos neste local. Seja por um aberto descaso com a manutenção da infraestrutura, seja pelo uso dessas condições de infraestrutura como forma de punir e retaliar. Esse acréscimo de sofrimento é sentido cotidianamente pelos internos, na falta de água, de material de higiene, de cama, de ventilação adequada. Ao mesmo tempo, é de difícil responsabilização, pois é facilmente atribuído as condições "naturais" ou "estruturais", embora tenha origem sempre em ações ou inações de pessoas que teriam condições de mudar e/ou evitar o que aqui foi descrito.

#### *iv. Rotina: banho de sol, atendimentos, trabalho e educação*

Conforme os internos com quem dialogamos relataram, de modo geral, suas rotinas iniciam entre as 4h30/5h da manhã, quando se acordam para a chamada. A partir das 7h da manhã, os internos têm acesso ao solário, onde ficam até 11h, quando é servido o almoço. O banho de sol acontece por um intervalo de 8 horas ao dia, 4 horas pela manhã, com um intervalo nas celas para o almoço, 4 horas pela tarde. Às 17h, os internos retornam aos alojamentos, de onde só saem no dia seguinte. Às 22h, as luzes são apagadas. Mas, durante a madrugada, o sono é interrompido por várias vezes, para a contagem e entrega de medicamentos, que ocorre de 00h, 2h30 e 4h30 da madrugada, todos os dias. Nessa rotina, a alimentação é servida quatro vezes ao dia. Ainda ouvimos algumas reclamações a respeito da quantidade, da qualidade e pouca variedade da comida, embora os internos tenham considerado que já há uma melhora em relação ao que era servido anteriormente.

Essa foi a rotina descrita pelos internos da maioria dos módulos visitados, com exceção de duas celas, que só têm direito a duas horas de banho de sol por dia, entre 12h e 14h. Ou seja, no momento mais quente do dia. Na prática, é como se esses internos vivessem em um regime de constante isolamento/tranca. E se a rotina foi um ponto de reclamação para a maioria dos internos ouvidos pela Comissão, no caso dessas duas celas, as condições se mostraram ainda mais agravadas.

Em relação aos serviços de atendimento jurídico e psicossocial, os internos relataram que ocorrem de maneira muito espaçada, chegando a intervalos de até 3 meses entre os atendimentos. Por conta disso, ficam sem saber sobre o andamento de seus processos, e sem contato com suas famílias por ligação telefônica. Os internos mencionaram, também, que, por falta de atendimento, há pessoas com "penas vencidas" e com progressões de regime merecidas não concretizadas.

Em se tratando da rotina de acesso a direitos, na verdade, os relatos mencionados pelos internos dos diferentes espaços inspecionados se mostraram bastante discrepantes. Conforme a equipe pôde verificar, a unidade prisional conta com espaços que deveriam servir para a instalação de oficinas de trabalho, bem como com salas de aulas adequadas até para o fornecimento de cursos superiores e/ou profissionalizantes a distância. O que se verificou, no entanto, é que esses direitos, quando disponíveis, são distribuídos de maneira desigual na unidade prisional, a depender da classificação e alocação dos internos entre os diferentes espaços prisionais.

Como já foi mencionado, a unidade prisional tem oficinas de trabalho completamente abandonadas. Além disso, também não dispõe de ensino médio para os internos que concluem o ensino fundamental. Ainda assim, é uma minoria a quantidade de internos que conseguem acessar a escola e outros espaços de estudos, apesar de esses espaços existirem.

O mesmo acontece em relação aos postos de trabalho, que, atualmente, são apenas para a manutenção da própria unidade prisional, atingindo uma pequeníssima minoria de internos: os monitores de leitura e de esporte, os faxineiros, os mensageiros e os representantes dos módulos. E menos ainda são aqueles que recebem salário, apenas os mensageiros, pagos pela Reviver, dois a cada módulo. Como alternativa para a remissão de pena, os internos mencionaram de maneira positiva o projeto "Livro Liberta", que conta com um monitor, alfabetizado, por cela, para auxiliar aqueles que não sabem ler a produzir seus relatórios. Apesar de ser um projeto que abrange a todos os interessados, ficou evidente que ainda é uma alternativa insuficiente diante das demandas de educação, profissionalização e remissão de pena.

Apesar de afirmarem ter acesso à escola, à EJA e à educação de modo geral, ficou constatado que não existem postos de trabalho externos. Assim, fora essas atividades, os próprios internos realizam cultos para ocupar o tempo e desenvolveram dinâmicas de ajuda e suporte mútuo.

#### ***v. Relatos de violência***

Perguntados sobre situações de violência, os internos mencionaram que os episódios de agressões físicas reduziram significativamente nos últimos meses, sobretudo os praticados por policiais penais, com algumas exceções mencionadas. Eles relataram, no entanto, que houve uma mudança de postura advinda dos terceirizados da Reviver, que vêm demonstrando comportamento mais hostil e agressivo.

Os internos enfatizaram várias situações de agressão e humilhação verbal. Além disso, mencionaram de maneira particular os procedimentos semanais, em que os terceirizados reviram suas celas, misturam e rasgam seus colchões e objetos pessoais, e até os cachorros chegam a urinar em seus pertences. Ou seja, as agressões físicas têm se convertido em situações de humilhação e constrangimento, mais difíceis de serem comprovadas e rastreadas e, por isso mesmo, bastante eficazes e rotineiras.

É importante ressaltar que a violência pode assumir diversas facetas. Algumas são mais espetaculizadas, como as situações de tortura coletiva, e, por isso, são facilmente identificáveis e passíveis de responsabilização. Outras formas de violência são mais subterrâneas, difíceis de serem identificadas enquanto tal, assumindo algumas vezes até a roupagem de "procedimento padrão", necessário para a manutenção da "segurança", mas tendo como plano de fundo formas de humilhação. A privação de água, o sono interrompido várias vezes durante a noite, os xingamentos, os objetos urinados e rasgados, a falta de socorro médico podem ser entendidos, também, dessa forma. E, justamente por não serem identificados enquanto tal, se tornam mais um elemento da rotina cotidiana dos internos.

**V. Recomendações:**

**i. AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

1. Que seja realizado concurso público para cargos das equipes de saúde, psicossocial e administrativas das unidades prisionais e socioeducativas do estado;

**ii. À SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL – SERIS**

1. Que haja a melhora na qualidade dos itens de higiene fornecidos, uma vez que muitos internos estão adquirindo infecções contagiosas na pele, especialmente na virilha e nos órgãos genitais;
2. Que haja a contratação de fisioterapeutas para o tratamento adequado daqueles internos que passaram por procedimentos cirúrgicos;
3. Que sejam disponibilizadas mais 1 muda de roupa por semana, pois apenas 2 (duas) resta insuficiente e também que elas sejam de uso pessoal e intransferível;
4. Que seja feito atendimento médico àqueles que estão com tumores espalhados pelo corpo para que ocorra o devido tratamento médico;
5. Que haja uma atenção maior aos internos ostomizados e que precisam realizar cirurgias e atendimentos médicos;
6. Que seja dado um espaçamento de tempo menor nos dias de visitas;
7. Que o fornecimento de água nas celas seja contínuo e ininterrupto;
8. Que seja feita uma manutenção na infraestrutura do parlatório, haja vista que muitos estão sem ventilação e o telefone danificado;
9. Que as salas ociosas de oficina de trabalho sejam equipadas com instrumentos de trabalho em todos os módulos, sem distinção, para haver atividades educativas e profissionalizantes;
10. Que o direito de banho de sol por dia seja igualitário para todos os internos;
11. Que sejam ampliadas as vagas de ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos, oferecendo inclusive a oportunidade de ensino médio àqueles que possuem apenas o nível fundamental.

## VI. Considerações finais:

Ao longo deste relatório, a partir do diálogo com internos e com a análise técnica produzida em inspeção anterior, propomos argumentar que, ao tratar sobre a dimensão das violações e sofrimentos de diferentes matizes produzidos no interior de unidades prisionais, não é possível se falar em "naturalidade". O esforço aqui feito foi justamente o de "desnaturalizar" as condições que já parecem ser tomadas como dadas, e que, por não assumirem feições de violência explícita e espetaculizada, correm o risco de não serem entendidas, também, a partir de suas intencionalidades e sistematicidades.

Ao longo da inspeção, foi possível de se verificar que, cotidianamente, as pessoas presas na Penitenciária do Agreste convivem com condições degradantes, como a sujeira, a falta de água, a falta de água limpa para beber, o adoecimento, o calor, a superlotação, o isolamento de suas famílias, entre outras coisas já mencionadas. Nada disso é produzido ao acaso, mas é, também, fruto de intencionalidades ações/inações, algumas pautadas numa justificativa securitária, que é mobilizada como se suficiente para que direitos sejam suspensos.

Se no diálogo com os internos eles se mostraram, inicialmente, muito ansiosos por falar sobre o que consideravam ser suas principais queixas – a falta de acesso ao atendimento médico; e as dificuldades na entrada de seus familiares nos dias de visita –, o tempo que esta Comissão dispôs para dialogar detalhadamente sobre todos os pontos que eles consideravam relevantes possibilitou a emergência e a visualização de tantas outras questões igualmente relevantes. Ou seja, se a Comissão não circulou por outros módulos para ouvir ainda mais perspectivas, nos locais onde esteve, foi possível desenvolver diálogos e observações mais densas. E que, por isso, permitem um vislumbre das condições vivenciadas na unidade prisional na totalidade.

Um dos motivadores desta inspeção tinha relação com as denúncias recebidas na Comissão de que, no Agreste, alguns internos estariam recebendo tratamento diferenciado a partir da forma como eram classificados e dos módulos onde estavam alocados. A visualização dos mencionados módulos permite perceber que há um grave pressuposto por trás dessa política: o de que direitos podem ser negados e o de que condições dignas podem ser tratadas como privilégio negociável. O que se verificou foi que a suspensão de uma condição digna de vida pode ocorrer como forma de retaliação, pressão ou constrangimento e, se hoje atinge este ou aquele grupo, em outro momento, pode atingir a outro. Afinal, não há justificativa, ainda que securitária, que sustente a indignidade das condições aqui relatadas.



**Comissão de Defesa  
dos Direitos Humanos**

**ALAGOAS**

Roberto Barbosa de Moura  
**Presidente da CDDH – OAB/AL**

Daniela Lucena  
**Vice-Presidente da CDDH – OAB/AL**

Ana Beatriz Rosendo Braga  
**Membra da CDDH – OAB/AL**

Ada Rízia Barbosa de Carvalho  
**Membra Consultiva da CDDH – OAB/AL**

Marcus Vinicius da Silva Ferreira Melo  
**Membro da CDDH – OAB/AL**